

SER SOCIAL E TRABALHO: APONTAMENTOS PARA A APREENSÃO DA CATEGORIA DO ESPAÇO

Data de aceite: 01/09/2023

Hamilton Ribeiro de Lima Júnior

Graduado em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Sociologia pela Universidade Estácio de Sá; Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atua como professor do Ensino Básico na rede pública e particular de ensino; pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (EMANCIPA/IMO).

Betania Moreira de Moraes

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Atua como professora adjunta na Universidade Estadual do Ceará, nos programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE) e nos cursos de Pedagogia e Psicologia; Professora do curso de Direito e Psicóloga Técnica do Núcleo de Prática Jurídica na Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA); pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (EMANCIPA/IMO).

INTRODUÇÃO

No presente estudo, direcionamos nossos esforços para apreender a relação Ser Social-Trabalho-Espaço, a partir dos pressupostos da Geografia Crítica, notadamente de raiz marxista. Compreendemos que, embora estas categorias não estejam unidas (pela divisão moderna das ciências) em um mesmo acervo disciplinar, elas podem ser compreendidas em suas inter-relações, à luz da ontologia do ser social sistematizada por Karl Marx (1818-1883), posteriormente recuperada e desenvolvida pelo seu intérprete Gyorg Lukács (1885-1971). A tese exposta e defendida neste trabalho é a de que, ao apreendermos o ser social como criador de si mesmo pelo ato do trabalho, damos a devida historicidade à essência humana e fundamos a possibilidade de conhecer o ser social e seus complexos em sua integralidade. Sinalizamos teoricamente como a correta apreensão do ser social pode fazer avançar a investigação e o entendimento acerca do

Espaço Geográfico, à medida que o compreendemos como produto da relação ser social-natureza, guardando dependência ontológica para com o ato do trabalho.

Ao iniciarmos a exposição desta discussão acerca da relação Ser Social-Trabalho-Espaço, pretendemos com esta introdução antecipar as seguintes delimitações acerca deste artigo: Temos “Geografias”, e não coube a nós, neste *paper*, uma síntese sobre as variadas correntes do pensamento geográfico ou uma exposição sobre a história da epistemologia da Geografia, tampouco caberia neste texto a discussão sobre qual seria o “objeto central” dessa ciência ou qual seria o acervo categorial mais próprio e particular dela.

Ancorados na perspectiva marxiana-lukasciana, as considerações aqui expostas resguardam em seu bojo uma reflexão ontológica do ser social e da produção do complexo espacial a partir da categoria do Trabalho. O que, certamente, não representa uma unanimidade e configura-se como um entendimento não só conflitante, mas antagônico a respeito de outras geografias e outros paradigmas teórico-metodológicos não fundamentados na perspectiva do marxismo de Lukács.

A compreensão do espaço geográfico enquanto produto do (e condição para o) trabalho humano em uma sociedade dividida em classes sociais torna-se mais evidente na ciência geográfica a partir da década de 1950 em diante, com o movimento de renovação que trazia, em uma de suas matrizes, o pensamento crítico marxiano na compreensão das contradições do modo de produção capitalista e seus rebatimentos materiais (SOUZA *et al.*, 2016, p. 289).

A produção deste texto fez-se necessária: 1. pela urgência que a crítica ao capital e ao seu sistema correspondente adquiriu nos tempos atuais de crise estrutural; 2. pela necessidade de produzir teorizações acerca do espaço mais aproximadas possíveis do real, oferecendo não só o entendimento do que é o espaço, mas de como ele é (re) produzido pelo gênero humano, procurando fazer frente às leituras equivocadas que o concebem como uma produção humana que tem seu momento predominante na subjetividade; 3. pelo fato desta relação Ser Social-Trabalho-Espaço ainda não ter sido explorada suficientemente, requerendo sempre novas produções que possam fomentar a massa crítica acerca de tal relação; 4. por acreditarmos que tal elucidação poderá promover importantes tensionamentos para a investigação e o ensino de geografia, oferecendo a esta disciplina e seus professores um maior acervo teórico-categorial capaz de possibilitar elementos de crítica radical à sociedade vigente.

A exposição desenvolve-se em 3 capítulos: Primeiro, iremos discutir, a partir de Marx e Lukács, como o ser social surge, qual a situação de dependência que ele encontra-se em relação à natureza orgânica e inorgânica, e como o ato produtivo desdobra-se como uma complexificação do ser social, desenvolvendo não só a sua capacidade de conhecer o mundo como ele é, como de intervir sobre ele; Posteriormente, discutimos em linhas gerais como a apreensão onto-histórica do homem possibilita uma compreensão mais elevada

do Espaço, superando as dicotomias entre Sociedade e Natureza, tão presentes neste campo do conhecimento. Para isso, dialogamos com importantes intérpretes do marxismo lukásciano e com reflexões feitas por geógrafos e professores da corrente crítico-marxista da Geografia; Por fim, sinalizamos como esta análise espacial, fundamentada por esta perspectiva, resguarda possibilidades de uma crítica mais radical e contundente acerca do modo como a humanidade produz e reproduz a vida, e conseqüentemente o próprio Espaço, podendo assim ser potência teórica para fazer crítica à sociedade de classes, mas também à fundamentação do que o homem e sua produção podem vir a ser dada outras condições de (re)produção; Por último, tecemos nossas considerações finais acerca do objeto.

O PRESSUPOSTO MARXIANO-LUKACSIANO DO TRABALHO COMO BASE DINÂMICO-ESTRUTURANTE DO SER SOCIAL

Se pudermos situar universalmente a(s) sociedade (s) existente (s) até hoje, sem cair em equívocos ou imprecisões, teremos que recorrer a duas importantes constatações: A primeira, é a de que não existe sociedade fora da História; e a segunda, a de que não existe sociedade fora do Espaço. Embora essas constatações pareçam óbvias, à primeira vista, o que não é apreendido da mesma maneira é o fato de que a sociedade só se compreende situada dentro desses limites, pela chegada do ser social à maturidade.

LUKÁCS (2018), a partir da apreensão da teoria marxiana, compreende que a qualidade da obra de Marx está vinculada ao fato de que ele funda uma ontologia do ser social. O termo “ontologia” trata daquilo que é

[...] o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia pode ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social (TONET, 2013, p.12).

A ontologia do ser social na acepção marxiana-lukasciana diferencia-se da ontologia empreendida pelo padrão de conhecimento greco-medieval, pois “[...] a abordagem de caráter ontológico pode ser feita a partir da ontologia metafísica ou de uma ontologia histórico-social” (TONET, 2013, p.14).

Anterior a Marx, a essência humana tinha suas explicações e seus fundamentos ancorados em uma “perspectiva predominantemente metafísica” (TONET, 2013, p.30), religiosa e a-histórica, o que por conseqüência extrapolava para a compreensão de um homem naturalmente dado. Já na ontologia marxiana, que possui seus fundamentos na própria história, contesta-se a ideia de que possuímos qualidades inatas e que nascemos graciosamente “como imagem e semelhança do divino”, ou como seres naturalmente “livres, mesquinhos, egoístas e concorrenciais”. A essência humana, na abordagem onto-histórica, não desce dos céus, “[...] não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua

realidade ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1888, p. 2).

Lukács (2018) constata a existência de 3 esferas do ser: a esfera inorgânica é aquela que comporta os seres que não se reproduzem - nessa esfera não há vida, e a existência dos seres não pressupõem a existência das outras esferas do ser -, sua evolução é condicionada pelas leis químicas e físicas da própria natureza; a esfera orgânica comporta a vida, é aquela dos seres que se reproduzem e precisam metabolizar a esfera inorgânica para manter-se e perpetuar-se; a esfera social, própria aos seres humanos, só existe em relação de dependência das outras esferas. O húngaro alerta que precisamos estar atentos as conexões entre estas esferas, pois “[...] sem conceber essa conexão, essa dinâmica, não se podem formular corretamente as autênticas questões ontológicas do ser social, muito menos conduzi-las a uma solução que corresponda à qualidade desse ser” (LUKÁCS, 2018, p. 8).

Não esqueçamos que nós, seres humanos, somos também seres orgânicos e carregamos as qualidades inerentes a esse tipo de ser. Precisamos, por exemplo, suprir certas necessidades ligadas à sobrevivência, tanto as que envolvem metabolizar os seres inorgânicos (exemplo: minerais, vitaminas e proteínas), como as estabelecidas com os seres orgânicos. O fato é que não existe humanidade se não existe vida, tão pouco existe vida sem uma base natural inorgânica que ofereça as condições para a sua reprodução.

Uma tal coexistência dos três grandes tipos de ser – incluindo suas interações, assim como suas distinções essenciais - é, portanto, um fundamento tão invariável de todo ser social que nenhum conhecimento do mundo que se desdobre a partir de seu solo, nenhum autoconhecimento do ser humano, pode ser possível sem o reconhecimento de uma tal base diversificada como fato fundamental. Já que esta situação ontológica também embasa toda a práxis humana, ela deve de modo necessário constituir o ponto de partida ineliminável para cada pensamento humano que, por último – como deve ser mostrado -, dela provém para conduzi-la, modificá-la, consolidá-la, etc. (LUKÁCS, 2018, p. 9).

A importância dessa dupla compreensão acerca das diferenças entre os níveis de ser e da inter-relação ser social-natureza (orgânica ou inorgânica), deve-se à desmistificação de ideias perigosas promovidas por teorias sociais e movimentos políticos que transpuseram a legalidade da natureza para a esfera social, ou compreenderam o ser social como uma esfera apartada da natureza e do mundo objetivo¹. O que Lukács nos diz, na esteira de Marx, é que a relação ser social-natureza, seja ela orgânica ou inorgânica, é condição eterna do nosso gênero.

¹ A Geografia, enquanto ciência, está inicialmente ancorada neste “não entendimento”. Podemos recorrer ao exemplo da chamada Geografia tradicional de filiação positivista (MORAES, 1994), que localizava seu papel de investigação científica no “domínio da aparência dos fenômenos” (p. 39), limitando-se a ser uma ciência empírica e descritiva dos lugares, ou realizava teorizações de cunho naturalista, como é o caso das escolas do pensamento geográfico Deterministas e Possibilistas, fundadas respectivamente por Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que foram usadas como teorias justificantes da exploração/domínio cultural, econômico e militar, da Europa sob outros povos e territórios. Inicialmente, assim se apresenta a Geografia, hora como conhecimento técnico-descritivo dos lugares, que instrumentalizava e dava aporte aos empreendimentos de dominação e exploração dos povos e territórios, ou como teoria justificadora da exploração e do domínio de um Estado sob outro.

É fato que, a situação de dependência para com a esfera inorgânica apresenta-se a todos os seres orgânicos, porém tal dependência encontra-se com uma fundante particularidade em relação aos seres humanos: nossa forma de extrair e de apropriar-se do que é natureza, para benefício da nossa existência.

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2007, p. 32-33).

No começo do seu desenvolvimento, o gênero humano, assim como os outros animais, necessita da interação direta com a natureza, pois precisa extrair dela aquilo necessário à sua sobrevivência. Em determinada etapa do desenvolvimento, impulsionados pelas necessidades, nossos ancestrais hominídeos dotaram-se de uma nova capacidade, uma nova forma de mediação entre gênero e natureza, que se diferenciava da atividade dos demais animais. Este ato fundante elevou-nos a um novo patamar, em um salto ontológico: “[...] uma mudança qualitativa e estrutural do ser” (LESSA, 1997, p.20). Assim, o Homem, ser biológico, eleva-se ao patamar de ser social, pelo ato do Trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX e ENGELS, 2014, p. 211).

Esse ato nos distingue dos outros animais, pois nele existe uma teleologia e uma prévia-ideação. Pelo trabalho, os indivíduos projetam idealmente aquilo que querem “criar”, quais ações, materiais, ferramentas e técnicas serão necessárias a esta criação, que por sua vez, só terá sentido à medida que, depois de realizada, tenha produzido um objeto capaz de suprir determinada necessidade.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura, na mente, sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX e ENGELS, 2014, p. 212).

Lukács advoga que nesse ato o homem põe à prova seu conhecimento acerca do mundo, já que o resultado final do processo de objetivação pode ou não ser aquele idealizado, a depender do nível de aproximação do seu conhecimento com o que é real. Pode-se, por exemplo, produzir algo novo, algo inútil ou algo hostil à própria humanidade.

Assim, o ser social adquire substância à medida que trabalha, metabolizando conscientemente a natureza, e transformando a si mesmo, já que “[...] a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades” (MARX e ENGELS, 2007, p. 33). O homem não só supre suas necessidades, mas funda novos imperativos a sua existência, alarga suas capacidades e defronta-se com novas fronteiras. Podemos recorrer a um exemplo elucidativo: a necessidade de encontrar peixes para além das margens dos rios e do mar vai requerer da humanidade a invenção das embarcações, que por sua vez vai requerer o aprimoramento de técnicas e tecnologias para a navegação. Em síntese, o homem é um ser de necessidades, mas também é “[...] um ser que dá respostas, é um ser que reage somente às alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva. Mas, fazendo isso, este ser abstrai certas tendências contidas no processo espontâneo para transformá-las em perguntas e encontrar para elas uma resposta” (LUKÁCS, 2014, p.150).

No intuito de dar respostas às alternativas postas objetivamente, este incessante processo exige inclusive o desenvolvimento de outros complexos sociais necessários ao ato do trabalho. Posteriormente, com o advento do trabalho excedente, e a possibilidade de exploração de um homem sobre outro, funda-se também a sociedade de classes.

A complexificação das relações sociais termina por dar origem a complexos sociais voltados a atender às necessidades específicas oriundas dessa evolução. O desenvolvimento das forças produtivas termina, com a Revolução Neolítica, por tornar economicamente viável a exploração do homem pelo homem. A velha sociedade primitiva é substituída pela sociedade de classes, e as contradições entre os indivíduos adquirem agora uma nova qualidade. A antiga forma de regulamentação social, com base nos costumes, na tradição, na obediência aos mais velhos, etc., já não é mais suficiente para atender às novas demandas. Surgem o Estado, o direito, a família patriarcal monogâmica [...] O caráter de complexo de complexos do ser social se explicita cada vez mais claramente à medida em que novas demandas dão origem a novos complexos sociais, os quais mantêm uma complexa relação de determinação reflexiva com a totalidade da formação social a qual pertencem [...] No interior do complexo de complexos que é a totalidade social, mais uma vez, é ao trabalho que cabe o momento predominante, pois é nele que temos o solo genético do novo que impulsiona a humanidade a patamares crescentes de sociabilidade (LESSA, 1996, p. 12-13).

A busca pelas determinações mais essenciais do ser, a partir de um ponto de vista onto-histórico, funda assim duas possibilidades teóricas com a potência de tornarem-se mediações para a prática social. A primeira possibilidade é a de compreender o homem como ele é, ou seja, enquanto fruto de si mesmo, feitor de sua própria história, compreendendo

sua essência enquanto conjunto de relações sociais bem determinadas, e não como uma essência imanente, dada, por uma força divina, ou uma qualidade naturalmente herdada. A segunda possibilidade é o vislumbre do que o gênero humano pode vir efetivamente a ser. Assim, afirmamos que:

Ao conceber a essência humana como histórica, como historicamente determinada pela reprodução social -- e portanto, ao conceber as misérias humanas, as desumanidades produzidas pelos próprios homens como sendo de responsabilidade única da humanidade, Lukács resgata a tese marxiana de que os homens fazem a sua própria história, ainda que em circunstâncias que não escolheram. A consequência decisiva deste resgate é a recusa de toda teorização que tenda a negar a possibilidade da emancipação humana do jugo do capital a partir de uma pretensa natureza humana, de uma pretensa essência humana, dada de uma vez para sempre, e que limite o desenvolvimento da sociabilidade aos padrões individualistas e mesquinhos tipicamente burgueses. [...] é, nos dias de hoje, a fundamentação mais elaborada e melhor acabada, no plano filosófico, da possibilidade ontológica da subversão revolucionária da ordem burguesa (LESSA, 1996, p.16).

Marx, embora de enorme genialidade, não poderia ter compreendido e criticado a sociedade burguesa, nem fundado uma nova concepção de mundo e de homem, sem que a realidade que se apresentava a ele não comportasse em si os elementos fundamentais da sua própria investigação. O que isso nos diz mais uma vez sobre o caráter ontológico da relação Sujeito-Objeto na investigação de Marx e Lukács acerca da sociedade burguesa, e das tendências gerais de desenvolvimento do ser social.

O ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto [...] neste sentido, não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto (TONET, 2013, p. 16).

O ser social que, à época de Marx e dos seus sucessores, já se encontrava em seu estágio maduro, agora possui a capacidade de compreender a realidade objetiva como ela é, pois ela em si mesma é produto integral das relações humanas. Logo, o Espaço enquanto produto e produtor das relações humanas, categoria componente do real, mostra-se ao ser social como elemento estruturante dele, como produto das relações socioambientais.

ENRIQUECIMENTO PARA A COMPREENSÃO DA CATEGORIA DO ESPAÇO

É a partir deste patamar de complexidade e neste nível de ser que, pela elevação da capacidade humana de transformar a si mesma e a natureza, desenvolve-se o Espaço Geográfico. Pois “[...] se não há reprodução humana sem a natureza e é pelo trabalho que o homem nessa intervém, essa é a condição central para o homem enquanto ser social e para o processo de produção do espaço geográfico” (SOUZA *et al.*, 2016, p.288).

Assim, o Espaço pode ser compreendido, segundo Nascimento (2016), como produto da relação sociedade-natureza, a fim de suprir por meio do trabalho, determinada(s) necessidade(s). O Espaço apresenta-se como um complexo social ontologicamente

dependente da atividade humana, como uma construção social “[...] ligada às transformações que ocorrem nas relações definidas pelo processo de trabalho” (SANTOS e COSTA, 2019, p.3).

Logo, ao retornarmos àquela constatação de que a sociedade não vive fora do espaço, vemos que, para objetivar na natureza aquilo que é próprio/necessário à humanidade, tivemos que adquirir a capacidade de Trabalho e, por meio dele, criamos o Espaço e a nós mesmos. Nesta relação fundante-fundado entre Trabalho-Espaço, percebemos que antes de tudo o Espaço é a cristalização do trabalho humano sob o meio, que a existência do espaço geográfico implica necessariamente a existência de um ser capaz de metabolizar a natureza conscientemente, e que as condições mais essenciais ao seu desenvolvimento e às transformações encontram-se na atividade social prática.

Vale lembrar que ao chegar em sua maturidade, ou seja, ao distanciar-se das barreiras naturais, a potência do ser social de produzir, transformar e organizar o espaço geográfico é veloz e global. Basta comparar a nossa capacidade de produção e destruição pós-revolução industrial: temos desde exemplos acerca da nossa possibilidade de produção de alimentos e bens necessários à vida, até capacidade de extrair quantidades insustentáveis de recursos naturais, ou de destruímos boa parte da vida na terra, pelo simples intermédio da fissura ou fusão de átomos.

Esta compreensão onto-histórica da categoria do Espaço faz avançar o conhecimento Geográfico, já que “[...] o distanciamento entre a Geografia e a categoria trabalho se reflete em certa incompreensão, por parte dos geógrafos, do entendimento do sistema hegemônico e totalizante do capital, repercutindo em análises superficiais e distantes da realidade como ela é” (SOUZA *et al.*, 2016, p. 305). Atentamos que:

Os geógrafos ainda veem com desconfiança, ou possível insegurança, a inserção da categoria trabalho em seus estudos, por vezes justificando que não se trata de uma categoria geográfica, ou que as pesquisas que a utilizam são de caráter sociológico, como se o trabalho, atividade ontológica humana, fosse de propriedade de um único campo do conhecimento. Aqui, defende-se o trabalho como categoria universal e sua análise como central para qualquer ciência social (SOUZA *et al.*, 2016, p. 288).

Devemos, contudo, ventilar a seguinte questão: nem o Ser Social e nem o Espaço são redutíveis ao Trabalho. O que aflora a partir dessa compreensão é a possibilidade de entender a categoria primordial da Geografia a partir da sua dependência ontológica com o trabalho, como produto dos homens e da sua relação com a natureza. A partir das contribuições do marxismo-lukacsiano, temos a possibilidade de elevarmos a capacidade da Geografia de ser um campo do conhecimento capaz de oferecer críticas radicais importantes à sociedade vigente e ao modo como o trabalho e o espaço estão configurados na sociabilidade capitalista.

Sendo o conhecimento uma mediação para a prática social (TONET, 2013) e o trabalho o fundador dos demais complexos sociais, a compreensão do espaço a partir

do modo como produzimos e reproduzimos os meios de efetivação da nossa existência, constitui um avanço qualitativo desta ciência e da sua capacidade de crítica social. Pois embora os fenômenos sociais, incluindo os espaciais, apresentem-se aparentemente para o indivíduo como naturalmente dados, e sejam sempre a priori apreendidos pelas experiências individuais a partir do ponto de contato com o trabalho, o espaço será compreendido não pelo crivo do sujeito e da singularidade, mas sim pela sua qualidade e substância social.

Os diferentes lugares, processos, fenômenos e práticas sociais são produtos da humanidade na busca de sua reprodução pelo ato do trabalho, sendo a sociedade capitalista a sociedade em que a Burguesia explora e apropria-se da riqueza produzida pelo trabalho do proletariado (MARX e ENGELS, 2000). Esse espaço também resguarda qualidades imanentes à luta de classes, e à subordinação do trabalho ao capital.

Esse debate, portanto, é indispensável no sentido de superar as dicotomias ou a lógica vinculada ao Estado e o capital, que permeou (e ainda se faz bastante presente) no âmbito da Geografia, como forma fundamental de se construir uma Geografia social, pautada nos reais interesses dos sujeitos produtores da riqueza e do espaço geográfico: os trabalhadores (SOUZA *et al.*, 2016, p. 306).

O espaço, em sua apreensão ontológica, não se evidencia como um fenômeno da experiência individual, com qualidades subjetivas, postas pela valoração do indivíduo singular isolado, mas aparece como realmente é, produção social, histórica e socialmente determinada, e que resguarda em suas qualidades aquilo que é próprio da sociedade de classes, correspondendo sempre como produto da produção capitalista, guardando uma função específica na produção e na reprodução social.

CONCLUSÕES

Compreendemos que dentro dos limites do capital, e da própria produção do conhecimento na sociedade de classes, a Geografia ao fundamentar-se na ontologia marxiana para compreender, expor e ensinar sobre seu objeto, têm, ao menos enquanto possibilidade, a potência de extrapolar os limites impostos pela fragmentação do conhecimento, podendo alçar explicações mais aproximadas do real, oferecendo um conhecimento acerca de determinado objeto que comporte em si a crítica à sociedade de classes vigente.

Firma-se no horizonte o verdadeiro compromisso da Geografia para além do capital: o de apreender a categoria do Espaço a um nível onto-histórico, e de critica-lo a partir dessa compreensão. Eleva-se, assim, o conhecimento geográfico a um patamar verdadeiramente revolucionário e radical; radical porque vai à raiz das questões espaciais, sempre a partir da própria humanidade; e revolucionário porque critica esta sociedade em suas determinações mais essenciais, produzindo ferramentas teóricas capazes de orientar a classe proletária

nos caminhos de fundação de uma sociedade sem classe.

Temos ciência que somente as ideias não possuem a capacidade de conduzir a humanidade à emancipação, mas compreendemos também que sem elas a força material não terá o direcionamento e a organização necessária para derrubar o que está posto, pois “[...] as armas da crítica não podem substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apodera das massas” (MARX, 2010, p.151).

REFERÊNCIAS

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Serviço Social e Sociedade, Ed. Cortez, São Paulo, v. 52, p. 7-23, 1996.

_____, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. 2ª Ed. Maceió – Ed.UFAL, 1997

LUKÁCS, Georg. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

_____, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. volume 14/ Georg Lukács ; [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1888. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

_____, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 33º ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

_____, Karl. **Introdução à crítica da filosofia de Hegel**, 1843. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes feuerbach, b. bauer e stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Ana. **Trabalho e formação do espaço urbano**. 1ª edição, Coletivo Veredas, Maceió, 2016.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; ROCHA, Fátima Crislaine Batista; LEAL, Victor Andrade Silva. **A categoria do trabalho na ciência geográfica**: o contexto do pensamento crítico. Revista Pegada, Vitória da Conquista, v. 17, n. 1, p. 286-309, jul. 2016.

SANTOS, Mascuelle Silva; COSTA, Altemar Amaral. **O espaço enquanto produto do trabalho**. Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo, São Paulo, set. 2019.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica / Ivo Tonet. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.